

Governo fará operação varredura no 2º turno

Anúncio é de Sant'Anna, que prepara emenda supressiva total à parte da anistia aos micro

A liderança do Governo apresentará uma emenda supressiva visando retirar, na íntegra, o texto da emenda de anistia aos micro e pequenos empresários e aos produtores rurais aprovada no primeiro turno da Constituição, no capítulo das Disposições Transitorias. A confirmação foi feita ontem pelo líder Carlos Sant'Anna, que ainda não concluiu o que chama de "operação varredura" destinada a identificar na redação da nova Carta os pontos que tentará mudar na próxima votação.

dos os atendidos pela emenda, é de maior condição para negociar sua dívida. E pode retirar a limitação dos módulos rurais, se ficar comprovado que isso ajudará produtores de elite.

Até ontem, o líder governista e sua equipe de assessores tinham concluído o levantamento do capítulo do Poder Legislativo. Eles identificam erros de português, duplicação de redação e tudo que servir de material para supressão no 2º turno.

Sobre a anistia, disse o líder que a intenção de retirar a medida do texto constitucional tem várias justificativas, mas a principal é o desfalque que o "calote" representará para o erário. E, depois, pela injustiça nela contida. Afinal, lembrou, os constituintes não podem deixar de analisar a situação daqueles que venderam tudo que possuíam para quitar seus débitos e agora vêm outros se beneficiar com o perdão e, conseqüentemente, continuar com o patrimônio intacto.

O deputado Carlos Sant'Anna reconheceu que as normas divulgadas pela Mesa da Constituinte para o funcionamento do segundo turno limitam bastante a apresentação de emendas, até porque nada poderá inverter o sentido do que está aprovado e, depois, porque as alterações deverão contar com um mínimo de 200 votos a favor.

Isso, reconheceu, exigirá empenho da liderança do Governo para mobilizar seu grupo visando as votações e, deste modo, admitiu Carlos Sant'Anna, terá que fazer uma seleção criteriosa sobre o que mudar. Nessa relação têm alguns itens definidos, como o tabelamento dos juros em 12% ao ano, o direito de greve e o turno de seis horas de trabalho. Ao todo, devem ser entre 9 e 15 itens, por sinal o mesmo número do Centrão, que na primeira triagem listou perto de 60 pontos para modificar mas já constatou que para obter êxito precisa concentrar esforços no essencial.



Ricardo Fluzza, José Lins e Roberto Cardoso Alves: a linha de frente para a revisão do segundo turno



Sant'Anna pretende apresentar diversas emendas ao texto da anistia, de modo a fechar todas as alternativas de alteração, mantendo deste modo a mesma sistemática adotada no 1º turno em relação a outros temas polêmicos. Uma das emendas será para suprimir totalmente o que já foi aprovado, depois, em outras, tentará mudar por itens. Nestes, já decidiu retirar o médio produtor do benefício, achando que ele, de to-

Anistia sofrerá pressão maior

Assentada a poeira que a aprovação da anistia da correção monetária aos pequenos e micro-empresários urbanos e rurais, levantou, os estudos indicam que, durante a votação em segundo turno do projeto de Constituição — que deverá iniciar-se na terça-feira da próxima semana — haverá uma reação contrária e de maior intensidade que a exercida no primeiro turno sobre os constituintes, para que a anistia seja derrubada. "Isto porque foi possível a reação da sociedade a esta decisão da Constituinte, uma vez que houve uma conscientização de que o Governo não valia assumir o ônus decorrente da anistia. Um total estimado em Cz\$ 377 bilhões".



Ulysses

Segundo uma alta fonte do Governo, pelo menos esse mérito a aprovação da anistia teve: desmistificar a idéia de que o Governo sempre paga a conta no final. Todos sabem hoje que se a anistia for mantida nos termos em que foi aprovada no primeiro turno da Constituinte, o Governo será obrigado a recorrer a remédios muito amargos, que incluem desde a demissão maciça de funcionários, à criação de empréstimos compulsórios e corte de investimentos em projetos prioritários para a sociedade.

TODAS AS FICHAS

Durante almoço no sábado na residência do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, hoje no exercício

manifestaram-se o presidente Ulysses Guimarães, os ministros militares que consideram a medida "abominável" além do ministro Costa Couto. Considerando a reação da sociedade "extremamente negativa a esta decisão da Constituinte, é de se esperar que a anistia seja extirpada do projeto no segundo turno da votação", disse um dos ministros presentes ao almoço na casa de Ulysses. Segundo ele, "o Governo conta com o respaldo de importantes segmentos contrários à anistia, e vai jogar todas as fichas para derrubá-la".

Este ministro explicou que dos 377 bilhões de cruzados — que é em quanto monta o rombo decorrente da anistia, caso ela permaneça no texto como foi aprovada — Cz\$ 194 bilhões recairão sobre o Tesouro Nacional; Cz\$ 128 bilhões sobre os bancos oficiais e apenas Cz\$ 55 bilhões sobre os bancos privados. "Não é preciso ser nenhum economista para entender que a conta maior cairá sobre o contribuinte, portanto sobre o povo, uma vez que o Governo que, todos sabem, não dispõe de recursos próprios e terá que obtê-los junto ao contribuinte. Quer através de cortes de investimentos de interesse da população, quer através da redução dos gastos com custeio, e leia-se por isso demissão de funcionários, ou através da criação de empréstimos compulsórios junto a uma população já tão penalizada", argumentou a fonte.

Contra a anistia

Ibsen prevê poucas alterações

Porto Alegre — Ao classificar o texto da futura Constituição aprovado no primeiro turno como "estabilizador e moderno", o líder do PMDB na Câmara Federal, deputado Ibsen Pinheiro, prevê que serão "raras" as modificações no segundo turno. Entre estas, ele entende como quase certas a extinção da licença paternidade e o fim da limitação dos juros bancários em 12 por cento. "As mudanças ocorrerão em questões que ficaram fragilizadas diante da opinião pública", avaliou Ibsen.



Ibsen

mandatos se extingue em 31 de dezembro. De qualquer modo,

Ibsen acredita que serão travados "grandes batalhas" em alguns pontos, que diferentes setores pretendem alterar. Entre eles, a fixação do turno de revezamento de seis horas para os trabalhadores e a impossibilidade de desapropriação de terras produtivas. Sobre a anistia às dívidas de microempresários e produtores rurais, Ibsen acredita que o texto deverá permanecer como foi aprovado.

Na opinião do líder do PMDB, o texto constitucional aprovado manteve uma linha de equilíbrio "sendo avançado em questões sociais e moderno nas relações institucionais". O mais importante, conforme Ibsen, é que a futura Constituição não carregará qualquer "risco de ruptura" garantindo estabilidade democrática ao País. Ele acredita que por isso os constituintes ganharam a "confiança da sociedade que aprendeu a valorizar as suas conquistas".

Empresários saem na frente para rever direitos sociais

Os empresários já têm definidos os pontos que pretendem mudar na Constituição no segundo turno de votações. Já os trabalhadores se mostram divididos em duas grandes correntes — uma liderada pela CUT e outra pela CGT. Sob a liderança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp — o empresariado fará forte lobby para mudar pontos como o direito de greve, limitação em seis horas para o trabalho realizado em turno ininterrupto, definição de empresa nacional e a limitação de juros.



Lobby vai visar o trabalhador

RITAMARIA PEREIRA Da Editora de Política

Do início dos trabalhos da Constituinte para a fase final, a ação dos lobistas tomou um espírito diferente. Se antes os empresários, por exemplo, procuravam demonstrar os prejuízos que a indústria teria com a jornada de seis horas, hoje, destacam os prejuízos que terão os trabalhadores com a decisão do calendário. Ao fazer essa observação, o deputado Ricardo Fluzza, principal articulador do Centrão, nega razão a alguns companheiros do seu grupo, como o deputado José Lins, que reclama da falta de uma ação mais consolidada da classe empresarial para defender junto aos constituintes a livre iniciativa.

José Lins, contudo, insiste em afirmar que os empresários não têm unidade doutrinária para defender o setor e, por essa razão, se voltam para interesses específicos, ligados por exemplo à agricultura, aos transportes e à mineração. Desse modo, ele acha que fica quase impossível analisar a questão do setor como um todo, que deveria apostar na consagração de um texto consagrando livre iniciativa e um sistema econômico bem definido dentro do liberalismo moderno.

Ao contrário de seu companheiro de Centrão, Ricardo Fluzza contou que vem sendo

procurado por assessores de confederações e sindicatos patronais, por federações e outras entidades empresariais com as quais se reúne para conversar sobre questões de seu interesse no segundo turno. Por esse motivo, sente-se à vontade para analisar a alteração de comportamento dos lobistas do início até agora, quando a Constituinte entra na fase final.

Entre os lobbies mais eficientes e organizados, Fluzza destaca o da Igreja e o das Forças Armadas, "que compreenderam que dentro do processo democrático tinham um papel importante". Segundo o deputado, desde o início traziam papéis, informações, mostravam os pontos contratórios, davam suas razões e se dispunham a debater com os constituintes de forma aberta, mas sem vacilações.

Outro grupo que ele destaca é o dos produtores rurais, "que confundem com a UDR, apenas um eficiente instrumento de pressão que vai dos corredores às galerias". Ele assegura que a Confederação Nacional da Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira foram muito atuantes na defesa de seus interesses, só que com menos barulho. Já a CUT, criticou Fluzza, jamais fez lobby, preferindo funcionar como mecanismo de pressão e ameaçando parlamentares.

Segundo o líder do Centrão, a Uni-ao Brasileira de Empre-

sários procurou estruturar suas assessorias que já funcionam agora na defesa da livre iniciativa, contra a estatização e buscando conquistar uma Carta mais próxima da realidade econômica do País.

Fluzza reconhece que se as críticas de José Lins são feitas em relação ao início dos trabalhos, elas têm procedência. Mas agora, revelou que chega a promover reuniões com o setor — de modo geral feitas no seu apartamento funcional — para debater os dispositivos de maior interesse. Trazem o texto marcado nos dispositivos já aprovados e que se conflitam com o pensamento predominante, oferecendo sugestões para mudanças. Mas, assinala Fluzza, não se pode condicionar essa atitude com a defesa de interesses escusos, nem com alijamento.

Foi por isso que pôde conquistar adeptos à tese, hoje já adotada pelos empresários, no sentido de que eles precisam ajudar a salvar a matriz, o Brasil, e não adianta só querer salvar as suas indústrias. Ricardo Fluzza revela também que o setor já admite preservar as conquistas sociais e se dispõe a colaborar de modo especial no trabalho de pressão sobre os constituintes que se afastam prolongadamente do plenário, reconhecendo que não adianta só apresentar as propostas: é preciso voto para aprová-las.

Sindicatos não lutarão unidos

S-ao Paulo — Enquanto os empresários se articulam num movimento de unidade para suprimir alguns dispositivos constitucionais aprovados no primeiro turno de votação, a desunião marca a atuação dos trabalhadores na Constituinte, ampliando para a vida parlamentar as disputas das lutas sindicais.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) não pretende fazer lobby na Constituinte, segundo afirma o presidente da entidade, Jair Meneghelli, um dos mais atacados no primeiro turno dos trabalhos constitucionais ao defender das galerias do Congresso Constituinte modificações no relacionamento entre patrões e empregados. Não há clima para os cutistas basearem apoio parlamentar fora do PT desde que foram impressos e colados em algumas cidades brasileiras os cartazes da CUT contra os parlamentares do Centrão, um episódio ainda não totalmente assimilado pelos deputados e senadores mais conservadores. O lobby da CUT será feito pelo PT, tendo como principal bandeira a defesa da criação de sindicato por categoria principal.

A CGT — Central Geral dos Trabalhadores — defende a unidade sindical, isto é, um sindicato por categoria de trabalhadores, como existe na legislação atual e deve concentrar seu lobby junto aos parlamentares do PMDB, PDT, PSDB e PSB, por intermédio do Departamento Interindustrial de Assessoria Parlamentar (DIAP), que já tem pronto documento com todos os dispositivos que os trabalhadores deverão apoiar modificações.

Os sindicalistas independentes, ligados ao grupo do sindicalismo de resultados liderado pelos presidentes dos sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, e dos eletricitários, Antônio Rogério Magri, deverão permanecer atuando em faixas próprias, negociando com o Centrão e os demais grupos fechados de parlamentares, visando sobretudo a manutenção de conquistas sociais aprovadas no primeiro turno. E que todos os benefícios sociais até agora aprovados tiveram a participação dessas lideranças — ao contrário da CUT, que se recusou a negociar.

Na área rural, entretanto, há mais união dos trabalhadores. A Contag, a CUT, DIAP, Movimento Pastoral da Terra e Associação Brasileira de Reforma Agrária distribuíram documento pedindo modificações sobre a legislação da reforma agrária aprovada no primeiro turno de votação, considerada um retrocesso em relação à lei em vigor. Nesse ponto específico, os trabalhadores terão que mostrar unidade para enfrentar os parlamentares que apóiam o líder ruralista Ronaldo Caiado, principal vitioso na questão agrária até esse momento na Constituinte. (Roberto Custódio)

Fiesp fixa 5 alvos principais

ROBERTO CUSTÓDIO Da Sucursal

São Paulo — Preocupados em minimizar as críticas do senador José Lins, do Centrão, que reclama da falta de articulação empresarial na Constituinte, o Movimento Unidade Empresarial, que reúne os principais representantes do empresariado nacional (indústria, comércio, bancos, mercado financeiro e agricultura) intensificarão no início desta semana, em Brasília, o lobby para as emendas supressivas que apresentarão no segundo turno de votações constitucionais.

Os empresários querem modificar 24 pontos aprovados no primeiro turno, mas deverão concentrar todo o seu esforço em cinco dispositivos: o direito de greve, o turno ininterrupto de seis horas, definição de empresa nacional, tabelamento de juros e o prazo de prescrição de ações trabalhistas.

A estratégia do grupo empresarial já está definida: cada parlamentar será procurado de forma individual, independentemente de partidos ou ideologias e receberá todas as informações e esclarecimentos que desejar sobre os pontos considerados importantes a serem suprimidos. Serão abandonadas as táticas adotadas no primeiro turno, com o Centrão, o Centrão ou os grupos de parlamentares que defendem posições marcadas na área de agricultura, setor financeiro ou comercial.

Essa mudança se deve a duas razões. A primeira é que esses grupos acabam se pulverizando — como ocorreu em vários momentos do primeiro turno —, e dispositivos são aprovados por acordos que desagradam aos empresários. Um caso típico ocorreu no tabelamento de juros a 12 por cento, cuja proposta de autoria do deputado Fernando Gasparian, contou com o apoio

do principal líder do Centrão, o deputado Roberto Cardoso Alves, até então um seguidor exemplar dos desejos do empresariado. Aquela votação demonstrou também que o setor rural tem anseios diferentes do empresariado urbano, embora à primeira vista pareçam ter coincidência de projetos.

O segundo motivo é que um perfil dos parlamentares, feito pela Fiesp, a pedido do Fórum Informal de Empresários Paulistas mostrou que o setor tem aliados onde não esperava possuir e às vezes perde votos considerados certos e fechados. Esse perfil, guardado a sete chaves pelo vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, coordenador da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Constituinte, servirá de roteiro para a unidade empresarial buscar o apoio que necessita para mudanças no texto constitucional.

Os empresários decidiram concentrar seus esforços em cinco pontos com base em dois critérios: Exclusão de matérias que não sejam de interesse direto do empresariado e prioridade às matérias que evidenciem discriminação à atividade produtiva ou que representem afronta à livre iniciativa e à economia de mercado. Segundo o vice-presidente da Fiesp, Moreira Ferreira, essa postura foi adotada porque já existe entre o empresariado a consciência de que dificilmente serão alteradas por emendas supressivas ou corretivas, que não afetem o mérito, mais do que nove ou 10 matérias aprovadas no primeiro turno.

Há também, segundo ele, preocupação de que o plenário da Constituinte seja esvaziado e só se obtenha quorum na votação de questões cuja necessidade de modificação tenha atingido grande índice de convencimento. A mesma avaliação tem o

Novo arsenal para as mudanças

CATARINA GUERRA Da Editora de Política

Além das emendas supressivas, um outro tipo de emenda deve ser responsável pelas maiores polémicas em plenário: é a chamada emenda de erro, que serve para restabelecer o conteúdo original de qualquer dispositivo aprovado no primeiro turno e alterado pela comissão de redação. Nada que foi aprovado no primeiro turno pode ter o seu conteúdo modificado no segundo. Assim como as emendas de erro — as únicas capazes de alterar conteúdo — ganham o restabelecimento do sentido original de um dispositivo, as emendas supressivas não podem suprimir palavras-chaves que alterem conteúdo — como o "não", por exemplo. Além das emendas supressivas e de erro, os constituintes ainda poderão optar entre três outros tipos de emendas na hora de formular suas quatro propostas ao segundo turno:

emendas de omissão, contraditório e correção de linguagem. Destas, a única que deve ser necessariamente apreciada através de votação nominal é a supressiva. As emendas de erro, omissão e contraditório, podem ter votação simbólica, a não ser que alguém solicite a verificação de votação. As emendas de correção de linguagem são enviadas diretamente para a comissão de redação.

A grande vedete do primeiro turno — o destaque para a votação em separado — não pode ser apresentado no segundo. "O que foi aprovado com no mínimo 200 votos só será retirado também com 200 votos", estabeleceu o presidente Ulysses Guimarães ao baixar as normas reguladoras do segundo turno.

As emendas ao segundo turno devem ser apresentadas durante os cinco dias de discussão ao texto da comissão de redação, a partir da próxima quinta-feira. Depois disso

o relator Bernardo Cabral tem até cinco dias para emitir seu parecer sobre as emendas e em seguida é aberto o prazo de 48 horas para a apresentação de até quatro requerimentos de destaque por constituinte.

Os destaques serão votados por ordem de artigo. Se houver mais de um destaque para o mesmo artigo eles vão ser apreciados por ordem de entrada do destaque. Ao encaminhar, a votação da emenda, podem falar dois constituintes a favor e dois contra, por cinco minutos, além do relator.

A Mesa não acatou a proposta do deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) para redução do número de encaminhamentos de quatro para dois, mas no ofício que estabelece as regras para o segundo turno, o presidente Ulysses Guimarães termina com um apelo: "São apresentadas emendas com o intuito de sua imprescindibilidade, para que não absorva tempo dilatatório da promulgação da Constituição".

Emendas têm função limitada

Veja para que serve cada tipo de emenda:

Emenda supressiva — Destina-se a retirar palavras, expressões ou até no máximo um artigo inteiro. As supressões, no entanto, não podem alterar o conteúdo do texto aprovado no primeiro turno. Seria o caso de uma emenda que pretendesse suprimir o advérbio "não", invertendo o sentido do texto.

Emenda de erro — Tem o objetivo de corrigir o trabalho da comissão de redação quando o texto estabelecido por ela

apresentar alteração de conteúdo em relação ao que foi aprovado em plenário. Isto pode acontecer se, por exemplo, ao tentar melhorar a redação, a comissão tiver tornado o texto ligeiramente mais amplo — abrindo, desta forma, brechas para outro tipo de interpretação.

Emenda de omissão — Serve para restabelecer matéria aprovada no primeiro turno que, por algum lapso, tenha ficado de fora do texto final redigido pela comissão de redação.

Emenda de contraditório — Este tipo de emenda suprime dispositivo em contraditório com outro sobre a mesma matéria em locais diferentes do texto.

Emenda de correção de linguagem — São emendas destinadas a aperfeiçoar a redação do texto, corrigindo defeitos de técnica legislativa, erros ou vícios de linguagem. As emendas de correção de linguagem são as únicas que não passam pelo plenário — vão direto para a comissão de redação.